

EDITAL DE INSCRIÇÃO ( RESUMO EXPANDIDO) - TRABALHOS  
INTERAÇÃO (INTER PROGRAMAS STRICTO SENSU)

**MÚLTIPLOS OLHARES PARA A INCLUSÃO: VIVÊNCIAS, TEORIA E  
PRÁTICA EM DIFERENTES ESPAÇOS SOCIAIS**

*João Paulo Navega Roque (joaogavenasigna@gmail.com)*

*Maria A. Amin De Oliveira (aminmaria59@gmail.com)*

*Rodrigo Vieira De Freitas (rodrigofreitaspsi@gmail.com)*

*Walker Soares Do Nascimento (walkernascimento@gmail.com)*

*Gustavo Costa Rodrigues (gustavotilsp@gmail.com)*

*Heloisa Mara Santos Campos (marasc.heloisa@outlook.com)*

*Janete Menezes De Souza (janeth.rpm1906@gmail.com)*

*Andreza Cristina Both Casagrande Koga (andrezaboth@yahoo.com.br)*

*Augusto Cesar Baldassi (augusto.baldassi@metodista.br)*

*Débora Alves Melo (d.alvesmelo@uol.com.br)*

*Diego Jesus (diego.radio95@gmail.com)*

*Emerson De Souza Viana (emersonviana2201@gmail.com)*

*Fernando Souza Oliveira (nandosilvia2705@gmail.com)*

*Gabriel Campos Muniz (gcmuniz.1997@gmail.com)*

*Iolanda Roman De Oliveira Ventura (iolandaroman@yahoo.com.br)*

*Janaina Assis Freitas (janainaassisfreitas@gmail.com)*

*Janilza Ramos Evangelista (janilzahan@hotmail.com)*

*Jessica Nascimento Novais (jnumesp@gmail.com)*

*Joelma Lima Lobo (joelma.lobo2006@gmail.com)*

*Juliana Correa Mergel (juliana.mergel@gmail.com)*

*Levy Freitas De Lemos (leamos07@gmail.com)*  
*Louis Marie Ndomo Edoa (louisnelma40@gmail.com)*  
*Nathalia Caetano Tortola (tortolacaetanonathalia@gmail.com)*  
*Ozana Vera Leal (ozanaleal2021@gmail.com)*  
*Paula Ferreira De Araújo Carvalho (paula2806@gmail.com)*  
*Pâmela De Oliveira Pena Rebollo (penarebollo@gmail.com)*  
*Samuel Henrique Da Silva Monteiro (samuel.radi@gmail.com)*  
*Sérgio Oliveira Do Nascimento (sergioonascimento@hotmail.com)*  
*Wagner Gonçalves Dos Santos (wagneramim.oficial@gmail.com)*  
*Wellington De Freitas Gomes (wellington\_gomes@msn.com)*  
*Anderson Naressi (andersonnaressiipda@gmail.com)*  
*Jose Roque Neto (roqueprof@hotmail.com)*  
*Josiane De Jesus Pedro Teixeira (fe.mestrado.umesp@gmail.com)*

A acessibilidade, como dimensão transversal dos direitos humanos, demanda ações que ultrapassem o cumprimento formal de normas, alcançando mudanças culturais e organizacionais que garantam participação, pertencimento e permanência de pessoas com deficiência e pessoas com transtornos (sejam eles mentais, de personalidade ou do neurodesenvolvimento). Apesar de, dentro dos textos legais, o amparo da acessibilidade se limitar a pessoa com deficiência, o que se percebe é que o processo de acessibilidade abrange grupos para além das deficiência. Este trabalho busca integrar evidências sobre: (i) acessibilidade organizacional e inclusão laboral; (ii) acessibilidade no ensino superior stricto sensu e (iii) acessibilidade religiosa. Estudos brasileiros indicam que, apesar da existência da legislação de cotas (vagas para pessoas com deficiência), persistem barreiras estruturais e atitudinais significativas. O preconceito, a falta de

acessibilidade, o despreparo das empresas e a baixa qualificação educacional, oriunda de trajetórias escolares excludentes, são frequentemente mencionados (Pereira-Silva; Furtado, 2013; Neves-Silva et al., 2015; Santos; Nogueira, 2022). Salienta-se que esses fatores reduzem tanto as oportunidades de contratação quanto as possibilidades de progressão profissional, com implicações até em penalidades salariais. A pessoa com deficiência é colocada no ambiente laboral apenas para o cumprimento de um texto legal e não é vista como o profissional que é, sendo, na maioria das vezes, vítima do capacitismo. Como alternativas, estudos sugerem a adoção de adaptações no ambiente e nas tarefas, investimento em acessibilidade física e digital, programas de formação e sensibilização para gestores, bem como mecanismos de monitoramento e avaliação do clima organizacional. Apresenta-se aqui, casos que demonstram as dificuldades apontadas nos estudos e estratégias utilizadas no processo para a verdadeira inclusão destes indivíduos dentro do ambiente de trabalho. No que se refere à acessibilidade no ensino superior, há avanço no acesso, mas a permanência e a integração acadêmico-social seguem desafiadoras quando as instituições se limitam a “acomodações” e não transformam clima institucional e práticas pedagógicas. Para além das questões de barreiras físicas, o que se pretende mostrar na pesquisa, são as barreiras atitudinais frente a presença de alunos dentro do ambiente universitário, que conseguiram galgar uma vaga no stricto sensu. As barreiras se apresentam na tentativa de normatização destes sujeitos, deixando de lado suas singularidades. A visão capacitista também impera neste ambiente. A literatura internacional destaca a necessidade de ir “além da conformidade legal”, criando ambientes verdadeiramente inclusivos e acessíveis, principalmente para estudantes com deficiências “invisíveis” (p. ex., TEA, TDAH), frequentes na pós-graduação. As pesquisas, na atualidade, indicam que programas de formação docente baseados no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) (Prais, 2020/2017; Borges; Schmidt, 2021) contribuem para a prática docente em contextos de ensino superior stricto sensu, sobretudo ao trabalharem com pessoas autistas. Tais atitudes promovem ganho em conhecimento pedagógico e conforto institucional, além de favorecer o planejamento de estratégias diferenciadas, como múltiplas formas de engajamento, sinalização clara de expectativas e gestão sensorial (Prais, 2020; Borges; Schmidt, 2021). No ambiente religioso, o processo de inclusão e a garantia da acessibilidade, se mostram, ainda incipientes. O ambiente religioso, em muitas realidades, apresenta barreiras atitudinais no processo de inclusão e na garantia da acessibilidade. Principalmente no que tange a acessibilidade

das deficiências invisíveis. Estudos históricos sobre a surdez, por exemplo, apontam vínculos antigos entre a igreja e a escolarização de pessoas surdas, “por séculos, os surdos usufruíram especialmente da interpretação em igrejas, muito tempo antes da criação de entidades representativas desta comunidade” (Albres; Jung, 2023; Carneiro, 2017). Contudo, estudos contemporâneos como o de Silva (2024) alertam que a inclusão não efetiva somente com comunicação acessível, que inclui a presença intérpretes de Libras, legendagem de liturgias e materiais visuais, além disso, é preciso garantir participação ativa dos surdos nos ritos, no ensino religioso e nas atividades ministeriais. Pesquisas recentes (Freitas; Freitas, 2024) evidenciam que a inclusão de pessoas autistas no ambiente religioso ainda enfrenta entraves relacionados à normatização de comportamentos e à expectativa de participação segundo padrões neurotípicos. Muitas igrejas mantêm práticas centradas na ideia de “cura” ou de adequação da pessoa autista, o que pode gerar exclusão e sofrimento (Freitas; Freitas, 2024). Por outro lado, abordagens fundamentadas no paradigma da neurodiversidade propõem que a espiritualidade autista seja reconhecida como legítima, valorizando formas próprias de presença, comunicação e ritualidade, como o silêncio, a literalidade e a repetição ritualística (Walker, 2021; McRuer, 2006). A metodologia dos textos produzidos é variável entre relatos de experiência, estudos de caso e pesquisa narrativa (Clandinin; Connelly, 2015). Os resultados encontrados demonstram que, há práticas de acessibilidade capazes de vencer o pensamento capacitista e as barreiras atitudinais. Os relatos de experiência, estudos de caso e narrativas apresentadas trazem experiências positivas do processo de acessibilidade.

Palavras-chave: acessibilidade laboral; acessibilidade religiosa; acessibilidade acadêmica.